

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ADRIANO MOREIRA

A questão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp), instituída pelo Tratado assinado em 1996, tem evidentemente tudo que ver com um conceito estratégico nacional português em redefinição demorada, mas é igualmente importante para a mesma definição específica em todos os restantes Estados aderentes.

Talvez esteja aqui um ponto essencial de referência da construção de um eventual grande espaço cultural correspondente ao projecto, porque as especificidades de cada um dos Estados envolvidos não consente uma justaposição sempre harmoniosa dos programas, compromissos e acções.

Não muito tempo depois da assinatura do Tratado, em Novembro de 1996, os meios de comunicação criaram algum alarme noticiando declarações de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso do Brasil que não incluem a Comunidade entre os termos de referência das políticas anunciadas, no essencial referenciadas ao continente americano e ao Atlântico Sul.

Trata-se de um facto significativo, que aconselha meditação, porque aquilo que está em causa é a tradicionalmente chamada relação privilegiada, uma suposta réplica da relação entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América sobre a qual o próprio Churchill parece ter melancolicamente observado que se referia a dois Estados separados pela mesma língua.

Um comentário ocasional, envolvido na semântica irónica do discurso político, mas que aponta para a relatividade da língua como variável orientadora da formação de espaços políticos estruturados.

No caso do Brasil, a mudança de conceito da relação privilegiada foi muito acelerada neste século, em parte resultante da questão colonial portuguesa, mas certamente mais determinada pela mudança do ambiente externo a que o Brasil tem de responder.

Desde a independência, formalmente reconhecida pelo Tratado de 1825, e durante um século, a estabilidade do escudo português assentou muito nas remessas vindas do Brasil, contributo de uma emigração que renovava a chamada colónia portuguesa, a qual não quebrara os laços da nacionalidade com o país de origem. A tese conimbricense do Doutor Oliveira Salazar serve de referência neste ponto.

Ainda em 1940, quando foi celebrado o duplo centenário da Independência e da Restauração, o romantismo das declarações e o ritual das participações não foram perturbados por qualquer dúvida crítica sobre o que poderiam vir a ser os efeitos, mesmo não queridos, do conflito que já devastava a Europa e parecia internamente ignorado pelos programas, festejos e realizações.

Na inauguração da Exposição do Mundo Português, a 23 de Junho daquele ano, o Dr. Augusto de Castro, um dos espíritos mais lúcidos do jornalismo da época, chamou-lhe «apoteótico corramento do Período Imperial das Festas Centenárias», e a assinatura, nesse ano, da Concordata e do Acordo Missionário com a Santa Sé, que louvava o

passado missionário português, pareciam atestar que a derrocada do Euromundo, então em processo, nem sequer era pressentida.

E, todavia, o conceito estratégico nacional brasileiro estava em rápida redefinição, no qual viria a pesar o ensino na Escola Superior de Guerra e a doutrinação do General Golbery da Costa e Silva, um dos principais inspiradores do modelo de Estado de Segurança Nacional que presidiu à ditadura militar de 1964.

Antes, porém, quando em 1961 não podiam já ser ignorados os factores da mudança, comprovativos da natureza dos ventos da história que MacMillan identificou, foi Afonso Arinos de Mello Franco quem, na qualidade de Ministro de Jânio Quadros, veio a Lisboa para notificar o governo português de que terminara o apoio que o Brasil até então dera, na onu, à política portuguesa.

De então em diante, verificado este conflito dos conceitos estratégicos entre dois Estados, que ainda complementarizam o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, com os acordos de 1966 de cooperação, e sobretudo com o Tratado de Igualdade de Direitos de 1971, ratificado em 22 de Abril de 1972, a relação privilegiada exigiu reexame que a nova historiografia brasileira, muito crítica do passado colonial, e a nova geração de dirigentes educada no clima das mensagens da onu que anunciavam os dividendos da paz, iniciou com a decisão que se mostra segura no referido discurso do actual Presidente do Brasil.

Talvez baste como referência, para os objectivos deste texto, anotar que a chamada herança comum, que parecia ser entendida como exclusiva e coincidente para os dois Estados até à clara revelação de conflito entre os conceitos estratégicos respectivos, é para o Brasil uma componente qualitativa do seu património cultural, mas que se conjuga, nem sempre com pacífico sincretismo, com a herança ameríndia e africana, e com os legados mais recentes, mas valiosos, alemão, japonês, italiano.

As leituras do mundo não são presididas exactamente pelas mesmas perspectivas por todos os outros componentes do espaço linguístico, os demais espaços de pertença de cada um não são coincidentes, os interesses que orientam cada formação supranacional inspiram eventualmente conceitos estratégicos desarmónicos.

O apontamento que retiramos desta análise é que a herança comum, que em todos os casos tem uma componente colonial, quer referida às independências europeístas do século xix, quer referida ao anticolonialismo do século xx, se liga em cada Estado com contribuições étnico-culturais específicas, e um património privativo de queixas e aquisições que reúnem no mesmo espaço linguístico uma pluralidade de identidades, objectivos privativos, conceitos estratégicos nacionais específicos.

De facto, a teoria dos grandes espaços tem aqui um vasto leque de problemas, para o estudo dos quais é aconselhável o método comparativo. Assim como Portugal não pode deixar de pertencer à União Europeia, à União da Europa Ocidental, à Aliança Atlântica, em que os fenómenos da língua não estão presentes, Moçambique não pode ignorar a Comunidade Britânica, o Brasil não pode ignorar o Mercosul nem as organizações de segurança do continente americano, assim como Angola não poderá ignorar futuras redefinições políticas do espaço africano em que se projectará eventualmente o conceito estratégico da nova África do Sul. É em face destes regionalismos efectivados ou previsíveis, que tem de ser acompanhado o trajecto da nova Comunidade.

O esforço e a prática franceses na área da francofonia, esta tendo muitas semelhanças com a área da língua portuguesa, são certamente susceptíveis de fornecer exemplos mais úteis do que a prática alemã condicionada por diferentes história e programas, e poderão

apoiar a compreensão das dificuldades que necessariamente vai enfrentar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com o devido desconto, como aconselhava o caçador de Domingos Monteiro, ao admitir que não dispunha de uma arma bem calibrada, mas asseverando que tinha aprendido a usá-la.

Não é aconselhável acompanhar a inspiração de tradição gaulista que levou recentemente a fazer apelo a uma francofonia «subversiva e imaginativa» que influencie os acontecimentos internacionais, mas parece indicado aproveitar deste incitamento a clara indicação de que, sem decisão e credibilidade do aparelho do poder acompanhado pela adesão das entidades privadas, os projectos deste tipo correm o risco de terem apenas um futuro burocrático.

É evidente que a França, para além da francofonia, e sobretudo no que respeita à África negra, guardou funções que tem conseguido desempenhar sem qualquer censura internacional, designadamente a de gendarme de uma certa ordem pouco reconduzível a modelos académicos. Teve mais de uma vez intervenção militar na regularização da legitimidade do poder político em Estados que foram colónias do Império colonial francês, sem que a temática difícil da jurisdição interna tivesse produzido qualquer embaraço digno de menção, parecendo-lhe reconhecida uma como que autoridade natural.

A capacidade financeira e tecnológica que lhe permitem uma intervenção específica e independente para além da intervenção institucionalizada nas convenções de Lomé, dentro da política global da União Europeia, atrai para a sua área Estados como S. Tomé, Guiné-Bissau e Cabo Verde, atentos às realidades da geografia e da política, e tendo aprendido duramente que com os factos não se discute.

Que estes factos amparam decisivamente o projecto cultural e político da francofonia parece indiscutível, e por isso não pode esperar-se que os resultados sejam equiparáveis aos de estruturas semelhantes, mas onde essa capacidade directora não existe embora no modelo da lusofonia se inscrevam Estados com extraordinárias potencialidades.

Daqui a necessidade do devido desconto, mas que deixa larga margem para reconhecer que será nos valores culturais que encontram a trave mestra de todo o conceito estratégico adoptado. Na Cimeira Francófona, que se realizou em Paris em 1991, instituíram o Conselho Permanente da Francofonia (cpf), um organismo destinado a coordenar as actividades da comunidade de Estados, no intervalo das conferências de Chefes de Estado e de Governo envolvidos, e que partilham o francês.

Estados como o Egipto, a Tunísia e a Mauritânia consideram importante não estar ausentes e, finalmente, a Conferência de 1995 em Cotonou, no Benim, decidiu que em 1997, na reunião que terá lugar em Hanói, no Vietname, será criado o cargo de Secretário Geral.

O anúncio é o de que este órgão falará em nome de quarenta e nove Estados membros da francofonia, com o objectivo confessado de ter «uma face, uma voz, uma autoridade que o faça ouvir no concerto das Nações».

A estratégia é clara, foi desenvolvida com persistência, e sem ignorar as dificuldades de monta que podem frequente, e até definitivamente, afectar a marcha futura: partir das afinidades culturais que até agora foram valorizadas como um cimento institucional, para avançar audaciosamente, passados estes poucos anos de experiência, no sentido de estar na vanguarda internacional da inovação política, económica e social do nosso tempo.

O Presidente Chirac, que mostra, de vez em quando, ter uma concepção da política comum europeia como adjuvante da política independente francesa, fala do «novo ideal político afirmativo de uma identidade política», não hesita em garantir a alimentação orçamental, declara-se adverso do «monoculturismo mundial», e faz da língua uma bandeira dos tempos modernos, convocando e exigindo aos servidores do Estado que defendam o estatuto internacional do francês, de facto ordenando-lhes que contrariem o predomínio crescente do inglês nas organizações internacionais, e nas missões multinacionais incluindo as de prevenção dos conflitos, restauração e manutenção da paz. O realismo aconselha a medir as capacidades disponíveis em áreas como as da língua portuguesa, para que os projectos tenham a dimensão do exequível, mas é igual a necessidade de o mesmo realismo admitir que tornar internamente coerentes os interesses, as sensibilidades, e as urgências dos Estados envolvidos, não é uma tarefa fácil, mas que também nada tem de desanimadora. Com a devida prudência, o primeiro capital é a decisão e a credibilidade, e a convicção fundada e assumida de que os grandes espaços culturais tendem para amenizar as dependências que sobretudo afectam as pequenas potências, obrigadas a acompanhar as exigências internacionais nas áreas da segurança ou da economia em que os directórios têm larga oportunidade de exercício¹.

Era inevitável, em vista do ambiente que rodeia todas as negociações em que, pelo menos formalmente, se encontra o Norte com o Sul do mundo, que a assinatura do Tratado que institui a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa desse antes de mais origem a perguntas sobre os financiamentos, contribuições respectivas dos membros, perspectivas de investimento futuro na maquinaria da organização e, depois, na política do desenvolvimento.

Aparecem também incursões de Estado na área da filosofia da história, que podem certamente influenciar linhas de acção política dentro ou em paralelo com a Comunidade instituída, mas que por agora talvez devam ser minimizadas. Aquilo que pelo contrário mais parece de salientar, todavia, é que o teor, número e origem das questões postas aos próprios signatários do Tratado, e na data do acto, indiciam no sentido de confirmar que os valores culturais não são os que despertam maiores atenções e cuidados aos observadores externos, e que da parte destes tal atitude deriva de uma percepção assumida sobre as motivações dominantes do processo político internacional.

Talvez seja infelizmente certo que de Angola interessam mais, a importantes decisores internacionais, o petróleo e os diamantes do que a paz; que de Moçambique são de maior interesse, para os mesmos, as questões das vias de acesso ao mar do que o desenvolvimento integrado, político, social e económico das populações.

Seria desejável que nenhum dos intervenientes se deixasse influenciar por tal circunstância, evitando por exemplo a comparação das contribuições financeiras para o dote inicial, porque os valores culturais, e a língua, representam um património que tem alguma apreciável autonomia no processo de mundialização em curso.

Como temos valores comuns implantados nos vários trópicos em que se desenvolveu a acção colonizadora, a qual, com todos os seus passivos, é o que está na origem das afinidades existentes, temos vantagem em avaliar o peso desse património em comparação com os esforços das potências que, dispendo de capacidades técnicas, financeiras e económicas, mostram considerar uma desvantagem qualitativa não terem aquela base de partida.

Talvez seja um bom exemplo o caso da Alemanha, onde se tornou comum o entendimento de que o diálogo cultural é de primordial importância na política do desenvolvimento, sobretudo porque esta não pode ser uma imitação dos modelos ocidentais, e não será sustentada no caso de não se apoiar coerentemente nas tradições e cultura de cada Estado interveniente nesse diálogo tão complexo.

Tal diálogo, que exige o reconhecimento mútuo e compreensão dos valores de cada um dos interessados em contacto, tem na língua o principal instrumento revelador das especificidades respectivas. É por isso que a Alemanha presta tanta atenção e apoio ao Goethe Institut e à sua acção no diálogo cultural, mas sobretudo preocupa-se com o caudal de visitantes que procuram aprender ali a sua língua e cultura.

A questão, em síntese, é a de saber, e usar depois esse conhecimento, como levar ao mundo exterior o entendimento da maneira de ser alemã, e implantar um relacionamento sólido, em todas as áreas, a partir dessa compreensão.

Os ingleses, por muitos outros motivos para além da passada acção colonizadora, conseguiram que a sua língua seja um instrumento de acção mundial, mas a França, que se recorda de posição idêntica, trata de precaver a área da francofonia por razões largamente coincidentes com as que inspiram a defesa do espaço da lusofonia.

A generalidade dos Estados que tentam expandir-se para o sul do mundo não têm esse património, antes se deparam com diferentes recursos, mas com uma situação semelhante à alemã. Numa época em que são raros os Estados, se algum, cujas fronteiras físicas coincidem com as fronteiras económicas, com as fronteiras de segurança, com as fronteiras culturais, parece que se avalia mal a conjuntura quando não se reconhece que estas últimas cortam horizontalmente todos os outros espaços, e asseguram uma base comum para todas as outras acções, por divergentes que sejam as solicitações, as exigências, e as adesões.

Nas instâncias onde, pela natureza das coisas, todos se encontram com todos para globalizar as avaliações dos interesses e a política comum, tal identidade linguística e cultural representa uma força que não está ao dispor de muitos grupos de Estados. Um património que ajuda a moderar a dependência, que apoia a revisão da real medida das independências soberanas, que afasta melhor o risco de submissão a qualquer potência directora.

A defesa da língua é também a defesa da identidade do grupo e de cada membro, do fortalecimento das capacidades para negociar as interdependências justas, da liberdade de acesso aos centros de investigação, ensino e apoio ao desenvolvimento, da preservação da soberania possível, mas não menos, que dá conteúdo às independências do nosso tempo. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa é uma pedra fundamental do edifício².

O Tratado que institui a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não abrange a totalidade do problema das comunidades de cultura portuguesa no mundo, porque algumas delas são minorias integradas por soberanias filiadas em áreas culturais diferentes.

É o que acontece designadamente com o antigo Estado da Índia (Goa, Damão e Diu), o que se passará com Macau depois de 1999, e o que respeita a pequenas comunidades como a de Malaca, todas sobreviventes à retirada da soberania portuguesa; é também o problema das comunidades constituídas a partir da emigração, como aconteceu com as duas costas dos Estados Unidos, e depois se desenvolveu na Europa quando a emigração se acentuou em direcção àquele mercado de trabalho.

Em 1964, na qualidade de Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, organizei em Lisboa o I Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa, que levou à realização em Moçambique, em 1967, do II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa.

Nesses Congressos, de exclusiva responsabilidade da sociedade civil, e cujas actas estão publicadas, foi adoptada uma tipologia que distinguia entre comunidades portuguesas, comunidades de ascendência portuguesa, e comunidades filiadas na cultura portuguesa. O problema da soberania dizia respeito a todas com função variável, mas acentuava-se nas últimas onde a variedade dos patrimónios culturais, marcados qualitativamente pela língua e outros valores portugueses, apontava para a solução actual da Comunidade, sendo que nas restantes o diálogo entre soberanias parece exigir a metodologia clássica bilateral.

Foi todavia considerado possível que a sociedade civil internacionalizada apoiasse organizações não governamentais integradas, e assim nasceram a União das Comunidades de Cultura Portuguesa (D.G., II Série, 2-1-1965), a Academia Internacional da Cultura Portuguesa (Decreto n.º 46 180, 6-2-1965), ambas tendo a Sociedade de Geografia como Secretária Geral. Não vale a pena historiar as dificuldades multiplicadas pelo desacordo do Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, e a verdadeira paralisia diplomaticamente conseguida, sendo porém de recomendar, ainda hoje, a consulta das Actas.

No que respeita à língua, e certamente por lembrança dos referidos Congressos, propus em 1988, num seminário do Instituto Joaquim Nabuco do Recife, a criação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que viria a ser concretizado por iniciativa do Presidente Sarney e a que antes fizemos referência³.

Exige porém atenção especial a questão da cultura portuguesa no Oriente, que se tornará aguda em 1999, e que abrange não apenas as comunidades que lembrámos, mas também alguma herança cultural sobrevivente em Estados como o Japão.

Nestes casos, a língua portuguesa sempre interessará a académicos, ou a governos de povos com forte emigração para o Brasil como testemunha a Universidade de Sófia em Tóquio com as suas cátedras de português. Mas, de maneira geral, a defesa da cultura portuguesa terá necessidade de recorrer a línguas diferentes. A Fundação Oriente tem ali uma função importante a desempenhar.

NOTAS

¹ Adriano Moreira, Diário de Notícias, 5 de Novembro de 1996.

² Adriano Moreira, Diário de Notícias, 13 de Agosto de 1996.

³ Adriano Moreira, «Instituto Internacional da Língua Portuguesa», Comentários, Lisboa, 1992, p. 61.